



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**PORTARIA STJ/SAD N. 234 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.**

Designa Administrador da Ata de Registro de Preços n. 10/2019.

**O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe confere o item 16.4.21, inciso VI, do Manual de Organização do STJ, instituído pela Instrução Normativa STJ n. 15, de 15 de outubro de 2018, e considerando o que consta do Processo STJ n. 016578/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o titular da Seção de Copa e o respectivo substituto como administrador e administrador substituto da Ata de Registro de Preços n. 10/2019, firmada com as empresas Liceri Comércio de Produtos em Geral Ltda. (Parte I), Uédama – Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Epp. (Parte II), N.S.S Comercial e Construtora Eireli – ME (Parte III) e Dinâmica Distribuidora de Equipamentos Eireli (Parte IV), que tem por objeto registrar os preços para aquisição de garrafas térmicas.

Art. 2º São atribuições dos administradores, dentre outras consignadas no [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#), disponível na Intranet/Internet, aprovado pela Portaria STJ/GDG n. 440 de 11 de Junho de 2019:

I - Solicitar a contratação do objeto mediante a apresentação do pedido de compra, indicando o número da ata, quantidade e descrição do produto, local, prazo, horário de entrega e valor;

II - Realizar periodicamente a pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;

III - Conduzir eventuais negociações dos preços registrados para propor a sua revisão;

IV - Propor a revogação da ata ou o cancelamento do registro do fornecedor;

V - Manifestar-se sobre os estudos dos órgãos públicos não participantes interessados em utilizar a ata;

VI - Controlar a quantidade registrada e os limites de cada item para adesão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Disney Noleto Costa, Secretário de Administração**, em 22/10/2019, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#) informando o código verificador **1779387** e o código CRC **7C2A8B6D**.